



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

Proc. Adm. nº 2924/2024

Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E FERRAMENTAS - SRP

RECORRENTE: FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA

RECORRIDA: ARTHUCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 065/2024.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas a ARTHUCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA apresentou manifestação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.

Em um resumo sintetizado, a Licitante FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA interpôs recurso alegando que a empresa recorrida não possui CNAE específico para comercialização do objeto do item 14, sendo este “Lata de tinta amarela (demarcação) acrílico premium plus (lata 18 lts)”.

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

Em suas contrarrazões, a Recorrida ARTHUCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, informa possuir sim em seu contrato social, bem como demais documentos apresentados, objeto compatível com o ora licitado.

IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento, bem como as razões recursais apresentadas tempestivamente.

Cumprе destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo).



Sendo assim, passamos à verificação do contrato social da empresa conforme recorte abaixo:

4651-6/01- Comércio atacadista de equipamentos de informática, 4651-6/02- Comércio atacadista de suprimentos para informática, 4669-9/99- Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente: partes e peças e 4679-6/04- Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral.

Caça, Pesca e Camping; Acessórios para Veículos em geral; Brinquedos, Brinquedos Pedagógicos; Playground; Pneus e Câmaras em geral; Óleos e Lubrificantes em geral; Tintas em geral; Ferragens e Ferramentas em Geral; Madeiras e Artefatos em geral (p/ fabricação de móveis e etc...); Artefatos de Cimento e Concreto em geral; Materiais de Construção em geral; Produtos Metalúrgicos, Vidros e Artefatos de Madeiras e Divisórias

Portanto podemos observar que a empresa recorrida possui em seu contrato social objeto compatível com o ora licitado. Cabe ressaltar que a referida verificação deverá ser efetuada no contrato social da empresa e não em outros documentos tais como cartão CNPJ, conforme preconiza o item 4.6 do edital *"Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>."*

Logo, a alegação da empresa é descabida, pois a empresa recorrida apresentou documentos hábeis para comprovar a adequação no ramo de atividade compatível com o edital.

Face ao exposto, o PREGOEIRO ratifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 2924/2024 (EDITAL PE 065/2024), mantendo a decisão que foi proferida em 15/10/2024 na sua totalidade com a respectiva classificação da proposta, habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta para o item 14, e da declaração de vencedora do referido item a empresa ARTHUCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº14.133/21.

Sumidouro, 24 de outubro de 2024.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Eliésio Peres da Silva
Prefeito Municipal